



Instituto de Previdência dos Municípios de Catanduva
Lei Complementar nº 127 de 24 09 1999

18 05 2017

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS MUNICÍPIÁRIOS DE CATANDUVA
realizada aos 18 de maio de 2017 às 8 15 horas para tratar do seguinte assunto

a) Realocação de recursos

Sob a Presidência de Orivaldo Benedito de Lima foram registradas as presenças dos membros Edson Andrella, Renato Aparecido Biagi, Reginaldo Floriano Puydinger dos Santos e Vânia Aparecida Lopes

Havendo número legal de membros para realização da presente reunião, passou-se a discutir os assuntos constantes da respectiva convocação, conforme segue

O membro Edson informou que tomou a iniciativa de convocar a reunião tendo em vista notícias estarem constantes na delação da JBS envolvendo o Presidente da República e membros do Congresso Cópia das notícias veiculadas devem anexadas a presente ata

Apesar de não ser recomendável movimentações bruscas nos investimentos para evitar de realizar prejuízo, a preocupação é que a crise se agrave causando grandes perdas ao patrimônio do IPMC

Apresentou proposta de encurtar a carteira movimentando os recursos alocados em IMA B 5 + e IMA B

Ficou decidido, por unanimidade, fazer resgate total, mantendo o saldo no curto prazo, dos seguintes fundos

GERAÇÃO FUTURO IMA B FIC RF
BB IMA B 5+ TP FI RF PREVIDENCIÁRIO
CAIXA NOVO BRASIL IMA B FIC RF LP
CAIXA BRASIL IMA B TP FI RF LP
BB IMA B FI RF PREVIDENCIÁRIO
CAIXA BRASIL IMA B 5+ TP FI RF LP

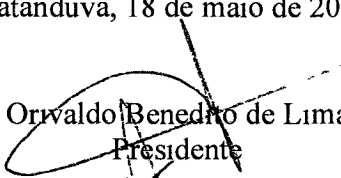


Instituto de Previdência dos Municipiários de Catanduva

Lei Complementar n.º 127 de 24.09.1999

Nada mais havendo a ser tratado, o Sr Presidente declarou encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata que foi aprovada pela unanimidade dos Conselheiros presentes, conforme assinaturas apostas abaixo

Catanduva, 18 de maio de 2017


Orivaldo Benedito de Lima
Presidente

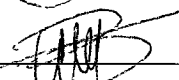
Reginaldo Floriano Puydinger dos Santos
Secretário

Membros

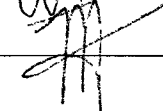
Edson Andrella



Renato Aparecido Biagi



Vânia Aparecida Lopes



<Anterior (<http://josiasesouza.blogosfera.uol.com.br/2017/05/17/para-se-safar-lula-tem-de-provar-que-nao-e-lula/>) | Voltar a página inicial (<http://josiasesouza.blogosfera.uol.com.br/>) | Próximo > (<http://josiasesouza.blogosfera.uol.com.br/2017/05/17/apos-delacao-da-jbs-tudo-e-epilogo-para-temer/>)

Delação da JBS inclui gravação de Michel Temer

Josias de Souza 17/05/2017 20 02

Compartilhe



Imprimir



Comunicar erro



(<https://conteudo.imguol.com.br/blogs/58/files/2017/05/TemerPretoBrancoFrancisco51.jpg>)

Em notícia veiculada no seu site, o jornal *O Globo* traz detalhes de um acordo de delação premiada dos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos do Grupo JBS, com a Procuradoria-Geral da República. Os depoimentos são bombásticos. Envolvem inclusive Michel Temer, que foi gravado avalizando a compra do silêncio de Eduardo Cunha, preso em Curitiba. De resto, as novas delações carbonizam ainda mais o que resta da biografia do senador Aécio Neves, presidente do PSDB. Ele foi gravado pedindo R\$ 2 milhões a Joesley. Vai abaixo o texto da reportagem (<https://oglobo.globo.com/brasil/dono-da-jbs-grava-temer-dando-aval-para-compra-de-silencio-de-cunha-21353935>), assinada por Lauro Jardim

★

(<https://conteudo.imguol.com.br/blogs/58/files/2017/04/estrelinha.gif>)

(<https://conteudo.imguol.com.br/blogs/58/files/2017/05/AspasPequenas.jpg>) Na tarde de quarta-feira passada, Joesley Batista e o seu irmão Wesley entraram apressados no STF e seguiram direto para o gabinete do ministro Edson Fachin. Os donos da JBS, a maior produtora de proteína animal do planeta, estavam acompanhados de mais cinco pessoas, todas da empresa. Foram para o ato final de uma bomba atômica que explodirá sobre o país — a delação premiada que fizeram, com poder de destruição igual ou maior que a da Odebrecht. Diante de Fachin, a quem cabe homologar a delação, os sete presentes ao encontro confirmaram tudo o que contarão à Procuradoria-Geral da República em abril: foi por livre e espontânea vontade, sem coação.

E uma delação como jamais foi feita na Lava-Jato.

Nela, o presidente Michel Temer foi gravado em um diálogo embaraçoso. Diante de Joesley, Temer indicou o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) para resolver um assunto da J&F (holding que controla a JBS). Posteriormente, Rocha Loures foi filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil enviados por Joesley.

Temer também ouviu do empresário que estava dando a Eduardo Cunha e ao operador Lucio Funaro uma mesada na prisão para ficarem calados. Diante da informação, Temer incentivou "Tem que manter isso, viu?"

Aécio Neves foi gravado pedindo R\$ 2 milhões a Joesley. O dinheiro foi entregue a um primo do presidente do PSDB, numa cena devidamente filmada pela Polícia Federal. A PF rastreou o caminho dos reais. Descobriu que eles foram depositados numa empresa do senador Zezé Perrella (PSDB-MG).

Joesley relatou também que Guido Mantega era o seu contato com o PT. Era com o ex-ministro da Fazenda de Lula e Dilma Rousseff que o dinheiro de propina era negociado para ser distribuído aos petistas e aliados. Mantega também operava os interesses da JBS no BNDES.

Joesley revelou também que pagou R\$ 5 milhões para Eduardo Cunha após sua prisão, valor referente a um saldo de propina que o peemedebista tinha com ele. Disse ainda que devia R\$ 20 milhões pela tramitação de lei sobre a desoneração tributária do setor de frango.

Pela primeira vez na Lava-Jato foram feitas "ações controladas", num total de sete. Ou seja, um meio de obtenção de prova em flagrante, mas em que a ação da polícia é adiada para o momento mais oportuno para a investigação. Significa que os diálogos e as entregas de malas (ou mochilas) com dinheiro foram filmadas pela PF. As cédulas tinham seus números de série informados aos procuradores. Como se fosse pouco, as malas ou mochilas estavam com chips para que se pudesse rastrear o caminho dos reais. Nessas ações controladas foram distribuídos cerca de R\$ 3 milhões em propinas carimbadas durante todo o mês de abril.

Se a delação da Odebrecht foi negociada durante dez meses e a da OAS se arrasta por mais de um ano, a da JBS foi feita em tempo recorde. No final de março, se iniciaram as conversas. Os depoimentos começaram em abril e na primeira semana de maio já haviam terminado. As tratativas foram feitas pelo diretor jurídico da JBS, Francisco Assis e Silva. Num caso único, alias, Assis e Silva acabou virando também delator. Nunca antes na história das colaborações um negociador virara delator.

A velocidade supersônica para que a PGR tenha topado a delação tem uma explicação cristalina. O que a turma da JBS (Joesley sobretudo) tinha nas mãos era algo nunca visto pelos procuradores: conversas comprometedoras gravadas pelo próprio Joesley com Temer e Aécio — além de todo um histórico de propinas distribuídas a políticos nos últimos dez anos. Em duas oportunidades em março, o dono da JBS conversou com o presidente e com o senador Tucano levando um gravador escondido — arma que já se revelara certa sob o bolso do paletó de Sérgio Machado, delator que inaugurou a leva de audios comprometedores. Ressalte-se que essas conversas, delicadas em qualquer época, ocorreram no período mais agudo da Lava-Jato. Nem que fosse por medo, e de se perguntar como alguém ainda tinha coragem de tratar desses assuntos de forma tão desabrida?

Para que as conversas não vazassem, a PGR adotou um procedimento inusual. Joesley, por exemplo, entrava na garagem da sede da procuradoria dirigindo o próprio carro e subia para a sala de depoimentos sem ser identificado. Assim como os outros delatores.

Ao mesmo tempo em que delatava no Brasil, a JBS mandou o escritório de advocacia Trench, Rossi e Watanabe para tentar um acordo de leniência com o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ). Fecha-lo é fundamental para o futuro do

6

Grupo dos irmãos Batista A JBS tem 56 fabricas nos EUA, onde lidera o mercado de suínos, frangos e o de bovinos Precisa tambem fazer um IPO (abertura de capital) da JBS Foods na Bolsa de Nova York

Pelo que foi homologado por Fachin, os sete delatores não serão presos e nem usarão tornozeleiras eletrônicas Sera paga uma multa de R\$ 225 milhões para livrá-los das operações Greenfield e Lava-Jato que investigam a JBS ha dois anos Essa conta pode aumentar quando (e se) a leniência com o DoJ for assinada "